



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 139

QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 190, DE 1977 (CN) -

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, oferecendo a redação para 2.º turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 14, de 1977 (CN), que "Acrescenta parágrafo ao art. 104 da Constituição".

Relator: Senador Osires Teixeira

A Comissão Mista do Congresso Nacional, designada para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição, n.º 14, de 1977 — (CN), que "acrescenta parágrafo ao art. 104 da Constituição", oferece, em anexo, a redação para 2.º turno, da referida proposição dela, conforme deliberação do Plenário, excluindo a expressão "ou Diretor-Geral de autarquia equivalente".

Sala das Comissões, em 9 de novembro de 1977. — Deputado **Henrique Brito**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Senador **Osires Teixeira**, Relator — Senador **Ruy Santos** — Senador **Renato Franco** — Senador **Adalberto Sena** — Senador **Lourival Baptista** — Senador **Luiz Cavalcante** — Deputado **Alexandre Machado** — Senador **Heitor Dias** — Deputado **Tarcísio Delgado** — Deputado **Luiz Braz** — Deputado **Frederico Brandão** — Deputado **Humberto Souto**.

ANEXO AO PARECER Nº 190, DE 1977 — CN
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº ...

Acrescenta parágrafo ao art. 104 da Constituição Federal

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 104 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n.º 6, de 4 de junho de 1976, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"§ 6.º Excetuam-se da vedação do parágrafo anterior o cargo de Secretário Municipal, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato".

SUMÁRIO

1 — ATA DA 222ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Exodo da população rural do Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — Trabalhos desenvolvidos no I Congresso Paulista de Agronomia, patrocinado pela Associação dos Engenheiros-Agrônomos do Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO — Considerações sobre a participação do Goytacaz, de Campos—RJ, no Campeonato Nacional de Futebol Profissional.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Atuação desenvolvida pelo Sr. Moreira Franco, à frente da Prefeitura Municipal de Niterói—RJ.

DEPUTADO SYLVIO VENTUROLI — Manifesto divulgado pelo Conselho Administrativo da Confederação dos Professores do Brasil, intitulado "Documento de Porto Velho", a respeito da situação educacional do País.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Necessidade do reexame, pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, de decisão que proibiu o serviço particular de transportes de passageiros realizado por lanchas daquela capitania, na ligação da Praia de Itaoca com a ilha de Paquetá, naquele Estado.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Posse do Sr. Mauro Salles no cargo de Vice-Presidente Executivo dos Diários e Emisoras Associados.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

DEPUTADO ERNESTO DE MARCO — Reivindicação dos empresários catarinenses, para a ampliação dos benefícios do Decreto-lei nº 1.452, aos contratos de financiamentos celebrados pelas empresas antes de 1º de janeiro de 1975.

DEPUTADO GERALDO GUEDES — Apelo às autoridades da SUDENE e do DNOCS em favor de medidas de amparo à população do Município de Parnamirim—PE, face o fenômeno da estiagem que se verifica naquela região.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça. **Aprovado**, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Álvaro Dias e Alípio Carvalho. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo—Ministério da Marinha. **Aprovado**. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo—Ministério das Minas e Energia. **Aprovado**. À Comissão Mista para redação final.

1.3 — ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 223ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CELSO BARROS — Clima de intranquilidade reinante na UnB, em decorrência da presença de policiais em seu campus.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Esclarecimentos sobre a desativação do Hospital da Cruz Vermelha na cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADO MINORU MASSUDA — Denúncia de casos de grilagem e invasão de propriedades que vêm ocorrendo no Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — O problema do abastecimento de carne bovina no País.

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Manifestação recebida de apoio a projeto de lei de autoria de S. Exª, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de novelas de caráter educativo nos programas de televisão.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — O seqüestro de cinco menores ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO SYLVIO VENTUROLI — Apelo ao Governador do Estado de São Paulo, no sentido da inclusão, no Plano Rodoviário do Estado, de estrada que especifica, para atendimento do escoamento da produção do município de Leme.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Problemas de infraestrutura da localidade de Tribobó, no município de São Gonçalo—RJ.

DEPUTADO DANIEL SILVA — O problema social que poderá advir com a rescisão do contrato de trabalho de centenas de funcionários da Companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Apelo ao Governo Federal no sentido do provimento de recursos suficientes à Fundação SESP, para que este órgão possa continuar a realizar os relevantes serviços que vem prestando à Amazônia.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1977, que altera a redação do parágrafo único do art. 92 da Constituição Federal. **Declarada prejudicada**, por decurso de prazo, em virtude da falta de *quorum* para sua apreciação, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Srs. Nina Ribeiro e João Menezes. Ao Arquivo.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 5 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO.

3 — ATA DA 224ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977

3.1 — ABERTURA

3.2 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980, nas seguintes partes:

— Ministério da Previdência e Assistência Social. **Aprovado.** À Comissão Mista.

— Ministério das Relações Exteriores. **Aprovado.** À Comissão Mista.

— Ministério da Saúde. **Aprovado.** À Comissão Mista.

3.3 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 222ª SESSÃO, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO.

ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco —

ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcello — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso

— MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emannel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Netto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leonidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavgliá — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo —

ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Códó — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paragassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 345 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, inúmeras vezes já tratei da violência descapitalização humana que vem sofrendo o meu Estado, o Rio Grande do Sul.

A fuga dos melhores colonos para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e, ultimamente, para Altamira, Argentina e, sobretudo, para o Paraguai é algo que impressiona qualquer indiferente. No entanto, nem o Governador do Estado, nem outras lideranças políticas até hoje fizeram qualquer movimento de envergadura para, pelo menos, atenuar este rude golpe.

Há poucos dias li no *Diário da Manhã*, de Passo Fundo, oportuno e corajoso editorial do jornalista Túlio Fontoura, denunciando a falta de liderança no Rio Grande do Sul. Infelizmente, esta é a verdade.

Veja-se, por exemplo, que o Rio Grande do Sul foi considerado Estado prioritário para a reforma agrária. E que fez o INCRA no Rio Grande do Sul até hoje? Onde estão os protestos ou, pelo menos, os apelos do Governador do Estado? Onde estão os pronunciamentos das demais lideranças?

A exemplo do que se passa em São Paulo, no Paraná e em Santa Catarina, como denunciou o Deputado Herbert Levy, a reforma agrária está sendo feita às avessas. Os colonos, com numerosas famílias, ou fogem para os centros urbanos, aumentando a legião dos marginais, ou buscam outros Estados ou outros países. E as terras, muitas vezes vendidas por preço vil, passam para as mãos dos que possuem mais recursos e melhores técnicas, formando-se aos poucos verdadeiros baronatos. E tal é a fuga da população que, ao contrário do Paraná, que vai aumentar sua bancada federal com mais cinco Deputados, o Rio Grande do Sul, devido este êxodo permanente, está sujeito a perder um parlamentar na próxima Legislatura.

Mas o mal não pára aqui. A pecuária no Rio Grande do Sul está em decadência, a despeito dos esforços altamente louváveis dos fazendeiros. A última exposição de Esteio foi um espetáculo, superando as mais otimistas expectativas. O arremate, no entanto, foi um desastre, que impressionou até o Sr. Governador. Mas S. Ex.^a não protestou contra a política do Governo Federal.

O doloroso drama do confisco e da comercialização da soja continua sendo um problema da maior gravidade. Houve empenho, mas não se verificaram atitudes corajosas para defender os produtores. A própria FECOTRIGO se manteve um tanto omissa. Milhões de produtores e a economia do Estado continuam sendo rudemente golpeados.

Veja-se o drama dos triticultores nos dias que correm. Muitos dirão que o Governo não é o culpado. Até certo ponto, concordo. Mas onde está a palavra de orientação do Governo? Que farão os triticultores? Quem pagará os empréstimos dos produtores ao Banco do Brasil? O PROAGRO, que ainda não pagou sequer os triticultores prejudicados na safra passada? Será concedida moratória? Ninguém sabe e ninguém informa!

Até quando o meu legendário Estado continuará em busca de um verdadeiro líder?

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com um número de 402 participantes, dos quais 226 Agrônomos e 176 alunos de Agronomia, encerrou-se recentemente o I Congresso Paulista de Agronomia, patrocinado pela Associação dos Engenheiros-Agrônomos do Estado de São Paulo. Fizem-se presentes ainda ao conclave,

representantes de congêneres federadas, de serviços federais e estaduais e de entidades ligadas à agricultura.

Além do enfoque classista das discussões e dos debates em torno dos assuntos de interesse de caráter profissional e econômico, os Agrônomos dedicaram-se com amplitude e objetividade aos problemas relativos à extensão, melhoria e aproveitamento da produção agropecuária, defesa dos recursos naturais e do meio ambiente, exigências da assistência agronômica e fundamentos de uma política agrícola, tudo de acordo com as necessidades e possibilidades do Estado e do País, em função de seu presente e à vista de seu futuro, conforme o desafio contido no tema principal do Congresso: "A Atuação do Engenheiro-Agrônomo no Desenvolvimento Sócio-Econômico".

Houve reclamos corajosos, mas de apreciável visão dos problemas, contra a atuação do Estado no setor agrícola, quando se proclamou que "a assistência técnica estadual não tem, nos últimos tempos, atingido os objetivos a que se propõe, de contribuir para o desenvolvimento da agricultura paulista. Frequentemente não consegue acompanhar esforços individuais dos próprios agricultores".

Essa manifestação ensejou a constituição de um grupo de trabalho para o levantamento dos elementos necessários à elaboração de um plano integrado de assistência técnica à agricultura paulista, com filosofia e política definidas. Esta é uma providência elogiável e de há muito reclamada pela agricultura bandeirante.

Nos setores do ensino e da pesquisa, foram aprovadas moções apontando a inconveniência da chamada pulverização da profissão agronômica. "por entender-se que tal fato não vem ao encontro das reais necessidades da agricultura brasileira, servindo somente para o agravamento do problema do ensino agronômico, já excessivamente técnico e elitizado" e "a necessidade de conscientizar pesquisadores de projetos com vistas a detectar todas as necessidades do meio rural e a aumentar a eficiência com a melhor utilização dos recursos disponíveis".

Também o seguro rural foi um dos temas abordados. Foi sugerido que o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária "seja também aperfeiçoado com base no seguro rural praticado neste Estado, de forma que procure atender aos agricultores no que respeite a custos de produção e níveis tecnológicos determinados regionalmente".

Manifestando seu integral apoio às conclusões do 1º Seminário Regional Andino, sobre Estudos Integrados de Recursos Naturais, o Congresso aprovou uma recomendação aos órgãos governamentais do planejamento global, regional ou setorial, sobre uma maior utilização do profissional de Agronomia em programas que envolvem o uso e manejo racionais de recursos naturais, em face da grande importância do equilíbrio biológico.

Nós nos sentimos bastante à vontade para trazer os resultados deste conclave, pois temos manifestado nosso integral apoio à classe dos Engenheiros-Agrônomos. Consideramos o trabalho que realizam, de fundamental importância para o desenvolvimento da nossa agricultura. Assim, cabe à Secretaria de Agricultura de São Paulo fornecer integral apoio às reivindicações da classe. Sabemos, por exemplo, que o salário percebido por um Engenheiro-Agrônomo é irreal, não condizente com suas atribuições, depreciativo até se comparado com aquele percebido por profissionais de outras categorias liberais. Cabem, portanto, neste caso, profundos estudos visando a reparar essa injustiça.

Temos consciência de que melhor remuneração ao setor, concorrerá para a aceleração do desenvolvimento agrícola de São Paulo.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maurício.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a presença do Goitacaz no Campeonato Nacional de Futebol Profissional é de

grande importância para o norte do Estado do Rio de Janeiro, principalmente para Campos.

A Confederação Brasileira de Desportos, ao incluir a Agremiação campista neste certame, o fez sobretudo diante das potencialidades regionais, pois, sem dúvida, o Município de Campos marcou época como celeiro de craques e vem se impondo como pólo sócio-econômico de expressiva participação e influência no futuro do País.

Sabemos das muitas dificuldades que o Goitacaz vem enfrentando ao longo dessa maratona para conseguir resultados satisfatórios, mormente em sendo estreante.

Mas cremos demasiado na equipe campista, nos atletas, técnicos e dirigentes, exortando-os, ademais, a atuar com o destemor próprio de nossa gente e, mais que isso, no empenho de atrair as atenções de todo o Brasil para nossa cidade, que precisa promover-se e conseguir novas fontes de riquezas, bem como usufruir das que lá existem de forma inexplorada, vindo ao encontro do que tanto nos temos batido a diversificação de nossa economia.

Somos ainda, em Campos, uma região de economia agrícola, sem o crescimento desejado, pois dificuldades de ordem financeira impedem os pequenos e médios lavradores de assumirem a técnica avançada, para conseguir maior rentabilidade com o trabalho do campo.

Igualmente, Sr. Presidente, o Município carece de melhor desenvolvimento industrial, pois seu atual complexo de indústrias labora na transformação de produtos agrícolas, especialmente a cana-de-açúcar, destacando-se as destilarias de aguardente, o melado e mesmo o açúcar, esperando-se maior produção de álcool, de uso especial na combustão de motores.

Quando o Governo resolver implementar e agilizar suas potencialidades, considerando como real importância e prioridade o aproveitamento de álcool anídrico, o Município de Campos terá oportunidade de modificar, por inteiro, sua fisionomia sócio-econômica, sabendo-se que ainda demanda esperar da extração de petróleo, atividade esta sob controle e domínio das autoridades federais.

E, levando a distâncias a presença física do povo de Campos, o Goitacaz, como já vem fazendo o Americano, será mensageiro de esperanças e o portador de convites a quantos aspiram a participar do desenvolvimento do norte fluminense, o que vem acontecendo mesmo quando os Governos do Estado e da União não dedicam o melhor cuidado ao centro convergente de toda a vida do extremo norte do meu Estado.

Desejávamos e desejamos aos valorosos e destemidos atletas de nossa Campos uma feliz participação no Campeonato Nacional de Futebol Profissional, honrando as tradições de berço de craques como Didi, Pinheiro, Amarildo e tantos outros que celebrizaram o futebol brasileiro e tantas glórias trouxeram ao nosso País.

Entretantes, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, como reiteradamente temos afirmado, tudo em Campos é fruto da criatividade e do esforço dos campistas.

E a participação do Americano e Goitacaz no Campeonato Nacional vem suprir o que tenho reclamado nesta Casa — a presença e a assistência do Poder Público em nossa terra.

Por isso que, repudiando a insidiosa campanha desencadeada por certos "Cartolas" do Botafogo e do Vasco da Gama, que procuraram não só menosprezar os Estádios, mas chegaram ao cúmulo de afirmarem que os atletas do Goitacaz estariam jogando sob efeito de "dopping", e reptando àqueles detratores futebol campista a provarem as suas levianas declarações, exigimos, por outro lado, que a CBD promova inquérito competente e capaz de apurar as torpes insinuações aos clubes campistas dos que, mercê de tal campanha, imaginam obscurecer e macular o bom nome e as tradições de Campos.

Enganam-se, no entanto, tais "Cartolas", pois o Estádio Ari de Oliveira e Souza é igual ou melhor do que vários Estádios cariocas. O esperneio não passa do desespero por serem "fregueses" tanto do Goitacaz como do Americano; e se o são, é consequência da

técnica, da raça e do esforço dos atletas e dirigentes campistas que fazem do futebol não um instrumento de promoção pessoal e de ganho fácil, mas tão-só, de valorização do esporte. Basta ver que os estádios dos dois clubes foram edificados graças ao trabalho da comunidade, demonstrando tais comportamentos que meus conterrâneos perseguem manter e realçar os valores de um povo que resolveu construir o seu próprio destino.

Assim, dentro de nossas possibilidades, temos procurado prestigiar os clubes de nossa terra; recentemente recebemos o Goitacaz aqui, em Brasília e hoje estaremos de novo com ele, em Goiânia. Da mesma forma procedemos com o Americano em ambas as cidades, o que, de resto, achamos ser do nosso dever, pois o homem público tem a obrigação de estar perfeitamente identificado com todos os segmentos da comunidade que representa.

Levando a nossa solidariedade e a de todos os campistas ao Goitacaz, repudiamos a solerte campanha empreendida pelos "Cartolas" cariocas que, por mais que pretendam, não diminuirão nem irão desestimular o desporto campista. Muito ao contrário, toda vez que assacarem contra Campos e seu povo, encontrar-nos-ão na trincheira, sem bravatas, mas intimoratamente prontos a rechazar suas assacadilhas e artimanhas.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, têm-se feito muitos apelos, neste País, à imaginação criadora dos políticos, embora nem sempre haja, por parte de quem sugere semelhante mobilização, muito boa vontade na aceitação das idéias novas porventura apresentadas.

Além disso, o exercício da imaginação criadora é bem mais próprio dos administradores, que dispõem dos instrumentos para executar suas idéias.

É o caso, por exemplo, do Prefeito de Niterói, nosso ex-colega Moreira Franco.

Encontrando um orçamento reduzido e comprometido, procurou um instrumento que o ajudasse a atender às necessidades de urbanização da antiga Capital fluminense. Assim, criou o sistema PUC — Plano de Urbanização Comunitária — que consiste na mobilização, em caráter voluntário, dos moradores de determinadas ruas, para a construção dos seus serviços de infra-estrutura.

Para que se iniciem as obras — galerias de águas pluviais, instalações de meio-fio, pavimentação e arborização — é necessária a adesão de dois terços dos moradores de determinada rua.

Na primeira fase, a Prefeitura recebe um abaixo-assinado, com a solicitação. Se a rua não estiver no Plano Anual, a CODESAN elaborará um projeto de levantamento dos custos das obras solicitadas, constando, do orçamento, o percentual de participação da municipalidade e o plano de rateio do restante do custo entre os beneficiados, determinada sua contribuição pela testada do lote ou imóvel.

Apresentado, em Edital, o orçamento, para sua discussão dentro de trinta dias, será considerado aprovado se obtiver a aquiescência de dois terços dos moradores da rua, firmando-se um termo de adesão e iniciando-se as obras.

O pagamento só será iniciado trinta dias após a conclusão das obras, financiado pela CODESAN o pagamento em até 36 meses, sem correção monetária.

Explicando o seu plano, declara o Prefeito Moreira Franco:

"Não temos dúvida de que assim iremos ampliar a capacidade de realizações de obras em Niterói. E a nossa certeza vem, já agora, das sucessivas solicitações oriundas dos mais diversos bairros da cidade, com a adesão superior aos dois terços exigidos. O sistema que implantamos é um mutirão, organizado de tal forma que permita sua aplicação em cidades de médio e grande porte, como Niterói. Baseia-se, na confiança mútua entre o povo e administração. E foi confiando nela que transformamos a EDURB, uma empresa Pública Municipal, na CODESAN, uma Sociedade Anônima de Economia

Municipal. Assim, inovamos a contribuição de melhoria, garantindo a inviolabilidade do patrimônio de cada município e limitando sua utilização, preservada a ação do poder público. A valorização do imóvel será sempre superior ao pagamento oferecido, no rateio, pela obra.

Há ainda, um aspecto social no plano: tendendo o PUC a ser utilizado imediatamente pelas populações mais ricas do centro urbano, haverá mais recursos da Prefeitura para atender aos bairros e ruas mais pobres da cidade."

Sr. Presidente:

Com a fusão dos dois Estados e sua perda de condição de Capital do Rio de Janeiro, Niterói foi conduzida a encontrar, em seus próprios meios, caminhos e recursos para promover o progresso urbano e o desenvolvimento social. Precisava da criatividade de um administrador, do descortino de um Prefeito jovem e dinâmico. E, elegendo Moreira Franco, pode, agora, recuperar o tempo perdido, num salto para o futuro, em matéria de urbanismo. Num mutirão entre o povo e o governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Deputado Sylvio Venturolli.

O SR. SYLVIO VENTUROLI (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Confederação de Professores do Brasil, em reunião de seu Conselho Administrativo, na cidade de Porto Velho, capital do Território Federal de Rondônia, em 12 de setembro último, redigiu um manifesto em prol da Educação Nacional, cuja idéia perfilho e cujo pensamento central venho defender nesta tribuna, tão justo e tão humano me parece o seu conteúdo.

O "Documento de Porto Velho", como foi denominado o manifesto, declara: "a educação, como direito de todos, é verdade proclamada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e inserida em nossa Carta Magna; no entanto, face à realidade da situação educacional do País, ainda se constitui num privilégio; o sistema educacional, de um País reflete o ambiente social, político e econômico do seu povo, onde o professor, consciente da importância de sua função social, será, de fato, um agente de mudança.

"Reivindica a intensificação de medidas objetivas que venham garantir, a todos, o direito à Educação; a ampliação dos recursos destinados à Educação e, sobretudo, um consenso nacional quanto a considerar a educação, como investimento dos mais rentáveis."

Defende ainda o manifesto "a garantia, aos professores e suas organizações, do direito ao exame e ao debate no que se relacione com a política educacional; a necessidade de o professor ter ao seu alcance os instrumentos necessários à eficiência do seu trabalho, a fim de poder acompanhar o progresso tecnológico e as transformações que se processam em nossa época, decorrentes do desenvolvimento científico."

E, concluindo, reconhece "a vocação democrática do povo brasileiro, conquista inalienável, como um direito a preservar; a Educação, como instrumento básico da Democracia, sistema político que se fundamenta na liberdade, na ordem social e na solidariedade humana e que oportuniza o desenvolvimento integral do homem."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é absolutamente necessário que a Nação demonstre seu reconhecimento aos mestres, atendendo às suas reivindicações, pois são eles que desempenham a mais nobre e importante de todas as atividades humanas, ou seja, a formação de nossos filhos e da geração futura.

É absolutamente prioritário que o "Documento de Porto Velho" caia em terreno fértil e produza resultados imediatos, colocando a Educação ao alcance de todos os brasileiros, proporcionando, assim, o desenvolvimento integral do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Capitania dos

Portos do Rio de Janeiro, alegando segurança dos usuários, proibiu o serviço particular de transportes de passageiros, que três lanchas realizavam na ligação da Praia de Itaoca, no Município de São Gonçalo, com a Ilha de Paquetá.

Não discutimos as razões determinantes da medida, mas suas consequências imediatas, que trazem prejuízo incalculáveis aos moradores da Praia de Itaoca.

O mercado de trabalho utilizado por aquela gente humilde, está na Ilha de Paquetá, onde também estudam as crianças, filhos daqueles operários.

São mais de cem menores que, diariamente, atravessavam em lanchas as águas da Baía de Guanabara, numa distância de aproximadamente quatro quilômetros, para estudar na Ilha de Paquetá.

Num repente, em pleno ano letivo, os alunos ficaram sem condução, e seus pais, se quiseram chegar ao trabalho, necessitam viajar por terra até a Praça 15 de Novembro, no Rio de Janeiro, para depois alcançar a Ilha de Paquetá numa viagem de barca bastante demorada. Aos menores tal trajeto é proibitivo, não só pela distância e muitos riscos, mas também por razões financeiras.

Ao trazermos este assunto ao Congresso Nacional, o fazemos para apelar para o Governador do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de S. Ex^a entender-se com a Capitania dos Portos, visando encontrar uma solução urgente e definitiva para o problema, no interesse das famílias que residem na Praia de Itaoca, e também porque a Ilha do Paquetá depende da mão-de-obra ali radicada.

Não desconhecemos que razões tem a Capitania dos Portos. Mas o remédio não é tão simples, ou seja, terminar com o transporte, sem se aventar solução para o impasse.

Daí o apelo que fazemos, na esperança de vermos atendidos os anseios das famílias de Itaoca, cujos chefes precisam trabalhar, e, seus filhos, voltarem à escola.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (ARENA — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a grande empresa associada viveu ontem, ao cair do crepúsculo, momento de esplendorosa confraternização, ao ensejo da posse de Mauro Salles no cargo de Vice-Presidente executivo.

Sr. Presidente, gostaríamos de ler, para que fosse transcrito nos Anais do Congresso Nacional, o discurso que esse profissional da imprensa proferiu ontem, por ocasião da solenidade de sua posse. Todavia a exiguidade do tempo não nos permite fazê-lo. Por isso, limito-me a inserir nos Anais, como documento para a história, as referências conceituais feitas por eminentes figuras da política e da administração federal a respeito da personalidade e da capacidade profissional desse jornalista:

Para Francelino, o próprio ato da posse tornou-se um "encontro magnífico" de representantes da imprensa com personalidades de todos os setores da vida nacional em Brasília. "Isso demonstra, concluiu o presidente da ARENA, o acerto da escolha de Mauro Salles para integrar a equipe diretora dos Associados".

Igualmente enfático, o presidente do MDB, Deputado Ulysses Guimarães declarou: "Conheço Mauro Salles de longa data, por isso posso testemunhar as qualidades, talento e capacidade de trabalho que marcam sua personalidade. É um vitorioso. Estou certo de que também triunfará com respeito ao novo e grande desafio que tem pela frente".

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, reforçou a idéia de que os destinos dos Associados se confundem com os do próprio País, ao declarar, com muita firmeza:

"Trago para o Mauro Salles e para o novo esquema associado, os meus votos esperando o sucesso que afinal é de todo o Brasil."

O Deputado José Bonifácio, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, foi da mesma opinião, dizendo: "foi triunfal, já ressoa em toda a Nação a posse de Mauro Salles".

O Ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, complementava: "Acretito que Mauro Salles dará dentro da nova estrutura dos Associados uma contribuição inestimável, não apenas à família associada, mas à própria Nação brasileira, acrescentando creio que a data de hoje significa um marco, na história da imprensa brasileira".

O Ministro da Educação e Cultura, Sr. Ney Braga declarou que felicitava o Senador João Calmon, por trazer Mauro Salles para a direção "dessa grande empresa". Ney disse mais: "Conheço Mauro Salles há muito tempo, sei de sua capacidade, da sua inteligência e por isso tenho certeza que ele levará a bom termo a missão de dirigir os Diários e as Emissoras Associadas e porque tenho certeza de que ele se sairá bem é que felicito João Calmon e toda a direção associada".

O Senador Petrônio Portella, Presidente do Congresso Nacional ressaltou a juventude de Mauro Salles como o aval mais positivo de sua atuação nos "Associados".

O passado de Mauro Salles — disse ele — não obstante a juventude é garantia segura de êxito, pois ele tem imprimido sua marca, por onde tem atuado, deixando sua marca de talento e sempre vitorioso. Assim será também à frente dos Associados.

O General Hugo Abreu, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, declarou-se "suspeito por ser muito amigo do novo dirigente associado". Mesmo assim acentuou que o discurso de Mauro Salles "teve a dimensão precisa face à ocasião".

Foi uma festa bonita — comentou — e prevejo sua capacidade de contornar todas as situações difíceis que vai encontrar em vista da grandeza da missão. Sou amigo de Mauro Salles, acredito nele para a grandeza dos Diários Associados".

O Ministro Azeredo da Silveira declarou, momentos antes da posse: "Vou com muita satisfação à posse de Mauro Salles, sou muito amigo dele e vejo com alegria sua escolha para o espinhoso cargo de dirigir a grande empresa associada".

Para o Sr. Humberto Barreto, Presidente da Caixa Econômica Federal, a direção de Mauro Salles se identifica com a segurança de que a obra do grande Assis Chateaubriand será continuada. E considerou, a solenidade "um acontecimento muito importante para os Diários Associados e até mesmo para todo o sistema de Comunicação Social do Brasil, e Mauro Salles como um profissional dos mais competentes de todo o País, por todos os títulos".

Sr. Presidente, registrando, nos Anais do Congresso Nacional, estas referências, estamos certos de prestar a justa e merecida homenagem à memória do saudoso Assis Chateaubriand, prestigiando, inclusive, o extraordinário Parlamentar que é João Calmon.

Sr. Presidente concluírei com uma frase citada por Mauro Salles no discurso que lamentavelmente não posso transcrever pela exiguidade de tempo: "Deus nunca nos dá um trabalho sem a força necessária para realizá-lo".

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto de Marco.

O SR. ERNESTO DE MARCO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, faço-me porta-voz, nesta Casa, de uma das mais justas reivindicações dos empresários catarinenses, qual seja, a de que o Governo Federal, analisando a situação de nossas empresas, amplie os benefícios do Decreto-lei nº 1.452 a contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 1975.

Como se sabe, Sr. Presidente, no triênio 1972/74, as empresas privadas nacionais, sensíveis ao acentuado crescimento da economia, com a consequente ampliação do mercado consumidor, lançaram-se a novos projetos de investimentos com o objetivo de aumento da produção e criação de novas unidades fabris. Esses financiamentos foram contratados mediante uma taxa fixa de juros e correção monetária segundo índices fixados pelo Governo Federal.

Na época, os financiamentos foram até estimulados pelo Governo, que via na política de investimentos da empresa privada o fortalecimento da economia de mercado, meta prioritária de nosso sistema econômico.

Os empresários, por sua vez, sentiram-se encorajados a novas iniciativas, principalmente quando na área governamental partiam afirmativas e garantias de uma correção monetária de 12%.

Nesse clima, nos anos antes referidos, foram contratados financiamentos de considerável vulto pelas pequenas e médias empresas nacionais, comerciais e industriais.

Com efeito, nos anos que se seguiram, fatores que dispensam ser indicados elevaram sobremaneira os índices de correção monetária, tornando quase insuportável a situação para a maioria das empresas mutuárias.

Assim é que, em 1975, através do Decreto-lei nº 1.410, de 31 de julho, o Governo Federal concedeu incentivo fiscal a projetos prioritários para a economia nacional, fixando o limite de 20% para a correção monetária anual, autorizando as empresas a amortizarem o imposto de renda dos anos seguintes com os valores desse limite.

Esse benefício era concedido apenas às empresas que houvessem contratado o financiamento no exercício de 1975.

Posteriormente, tal Decreto-lei foi revogado pelo de nº 1.452, de 30 de março de 1976, em vigor, cujo art. 1º estabelece:

"A partir do exercício financeiro de 1977, as empresas privadas nacionais que tenham celebrado, durante o ano de 1975, ou venham celebrar, até o final de 1976, contratos de financiamento de longo prazo, com instituições financeiras sob controle do Governo Federal, seus agentes, mediante repasse de fundos, com a finalidade de execução de projetos prioritários para a economia do País, poderão ter, como benefício, a parcela referente ao valor da correção monetária que exceder o índice anual de 20% nos termos deste Decreto-lei."

O benefício concedido possibilita à empresa financiada utilizar como crédito para pagamento das parcelas devidas no ano correspondente, o valor equivalente ao excesso da correção monetária apurado nos anos anteriores.

Como se constata, o benefício atinge apenas uma parcela das empresas mutuárias, ou seja, aquelas que contrataram em 1975 e 1976.

E as que firmaram contratos anteriormente? Por que anteciparam seu esforço de investimento, devem ser punidas pela exclusão?

A indagação certamente será respondida pelo Governo Federal, com a extensão dos benefícios concedidos pelo Decreto-lei nº 1.452/76 aos contratos que se enquadrem nas suas normas, mas que tenham sido celebrados antes de 1º de janeiro de 1975.

Não é lógico, nem justo, e muito menos equânime, que as empresas contratantes de financiamentos anteriormente a 1975 fiquem ao desabrigo do benefício.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, bem razão tinha Carlyle quando afirmava que "o contraste era a alma das coisas". Quero afirmar esse princípio para vê-lo bem aplicado no caso de Pernambuco, relativamente ao Município de Parnamirim.

Há seis meses a população daquele Município vivia um dos piores dramas da sua história. Chovia, como se diz em Inglês, *cats and*

rats, de não se saber onde botar tanta água, o que causou prejuízos sem conta. Quando a população reparava aqueles prejuízos, veio o verão, com um sol causticante, secando plantas, colocando todos agora em face de uma outra realidade: a de sair do Município, porque não dispõem sequer da água acumulada no inverno. O Prefeito do Município, após recorrer ao Estado e a União, recorre, agora, porque não poderia deixar de fazê-lo, ao Congresso Nacional. Eu, que tenho a honra de representar aquele Município, recebi do Sr. Prefeito telegrama que passo a ler, para que conste de nossos Anais a outra face da tragédia em que aquele povo se debate.

"Deputado Geraldo Guedes
Câmara dos Deputados
Brasília-DF.

Comunico prezado amigo população rural este Município encontra-se situação aflita decorrente fenomeno prolongada estiagem vg inclusive ocasionando morte animais pt Apelo sentido abertura poços este Município já solicitado junto DNOCS bem como remessa urgente carro tanque para atendimento emergencial áreas atingidas pt Ivanildo Amândo Agra vg Prefeito"

De modo que, Sr. Presidente, socorro-me desta tribuna, de onde partem apelos tantas vezes ouvidos, para, em nome da população de Parnamirim, bater às portas da SUDENE e do DNOCS e pedir essas medidas emergenciais: um carro-tanque para tirar água dos açudes e abastecer aquela população, e a perfuração de poços artesanais, para tirar água do fundo da terra e manter, permanentemente, um pequeno manancial que mate a sede daquele povo.

Faço, portanto, desta tribuna, apelo a essas autoridades, embora recordando, como no princípio, o que dizia Carlyle: "O contraste é, na verdade, a alma das coisas."

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1977.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980.

Não foram apresentadas emendas ao Subanexo Poder Executivo constante da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passemos, portanto, ao item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, tendo Parecer, sob nº 129, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte referente ao Ministério da Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

O Sr. Álvaro Dias (MDB — PR) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (MDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entendemos que o Orçamento de qualquer nação é um documento da maior importância, pois, inclusive, define a filosofia administrativa do Governo. Ele estabelece aquilo que o Governo considera prioritário e secundário em matéria de administração. Por esta razão, em todas as nações democráticas do mundo, a Oposição estuda, analisa, critica e procura aprimorar o Orçamento do País. Lamentavelmente, aqui, embora fosse este o nos-

so desejo, as limitações impostas pelo regime ao Poder Legislativo impediram uma análise acurada do Orçamento da União.

O MDB já se manifestou publicamente a este respeito. Após um trabalho realizado pelo Vice-Líder Deputado Francisco Studart, chegou à conclusão, a Liderança do nosso Partido, de que se torna impraticável uma análise aprofundada do Orçamento da União. Por isso, a Liderança do MDB, que já tornou público um documento sobre o assunto, faz novamente sua leitura nesta oportunidade:

"Os Senadores e Deputados do MDB que subscrevem o presente documento e que deverá constituir-se em parte integrante de seus respectivos pareceres na Comissão Mista de Orçamento chamam a atenção de seus pares para a dificuldade que tiveram de uma análise em profundidade da peça orçamentária.

Observando a inexistência de um assessoramento técnico especializado, a liderança do MDB na Câmara dos Deputados requereu ao Presidente da Casa autorizasse a liberação, em rubrica própria existente, de recursos indispensáveis à contratação de auxiliares especializados para esse assessoramento.

Apesar da argumentação desenvolvida, o pedido foi negado, tornando impraticável uma análise crítica da peça orçamentária com a profundidade que estaria a exigir o mais importante dos projetos que o Congresso examina em cada ano legislativo.

O esforço pessoal de cada Relator teria que contar com um trabalho de pesquisa que possibilitasse a comparação das rubricas com os orçamentos anteriores e, mesmo, as distorções verificadas com a diluição de recursos em setores não prioritários, em prejuízo de outros extremamente carentes de provimentos imediatos.

Mesmo o exame da chamada "cauda orçamentária" que é conseqüente da diferença criada propositadamente entre a despesa e um cálculo irreal da receita, levando-se em conta o seu exato aumento vegetativo, não poderia ser precisamente calculada sem o auxílio do material técnico especializado e de uma assessoria por modesta que fosse. Nesse aspecto, vale ainda observar que esses recursos terminam por ser usados nos últimos quatro meses do ano orçamentário sem qualquer previsão, num critério inteiramente arbitrário.

A manifestação do MDB, através de seus Relatores na Comissão Mista, não pode ser retratada com fidelidade no exame do Orçamento, em razão mesmo da inexistência desses elementos essenciais à feitura do parecer.

Faça a essas razões, os nossos votos e a manifestação interpretada através dos pareceres são dados com restrição, esperando que para o ano seja possível à Oposição obter meios de assessoramento especializado para cumprir melhor sua missão fiscalizadora.

Já não nos é possível emendar o orçamento para aumentar despesa, reduzir receita ou alterar quantitativos, mesmo permutando-as dentro de rubricas orçamentárias diversas.

O fato de ter a Oposição iniciado esse debate e preocupar-se na procura de um estudo mais sério da lei de meios da Nação é demonstrador do desejo em que se encontra de melhorar sua tarefa fiscalizadora que, sem dúvida, se executará no próximo ano com melhor previsão de nossa função no importante órgão responsável pelo Orçamento do País."

Lamentamos, portanto, Sr. Presidente, as limitações impostas pelo regime ao Poder Legislativo, sobretudo à Oposição, na sua missão fiscalizadora. Votaremos todos os itens constantes da Ordem do Dia da sessão de hoje com restrições.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria, Deputado Alípio Carvalho.

O SR. ALÍPIO CARVALHO (ARENA — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Projeto de Lei nº 16, de 1977, constante da Ordem do Dia, foi analisado por uma Comissão Mista integrada por representantes da Oposição e da Situação, e ali todos os itens receberam parecer favorável. Acresce considerar ainda que, na realidade, estamos em busca da realização de um processo de desenvolvimento para o nosso País, no qual tudo deve ser medido dentro da maior racionalidade. Não concordamos com a afirmação de que faltou critério para a definição desses orçamentos; bem ao contrário, a luta nossa é no sentido de que não haja desperdício de recursos e que eles sejam alocados exatamente para aqueles pontos que possam promover o melhor desenvolvimento, o melhor resultado. A Maioria, pois, está plenamente de acordo com todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Continua em discussão. Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar discutir a matéria, vou encerrar a discussão. (Pausa.) Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha, tendo Parecer, sob nº 130, de 1977 - CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte referente ao Ministério da Marinha. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia, tendo Parecer sob nº 131, de 1977 - CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte referente ao Ministério das Minas e Energia. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 223ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrólio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emannel Waismman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Netto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB;

Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francélino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardq — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcisio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airtton Sandoval — MDB; Airtton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onisio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA;

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues

— MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Ademar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 345 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS (MDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um dos mais belos diálogos de Platão mostra os cuidados de Zeus em completar a sua obra criadora, ao constatar que o homem, dotado de capacidade de sobrevivência individual, vivia disperso e isolado, porque estava privado da aptidão para a convivência. E essa aptidão estava na arte política, resumida no sentimento da honra e do direito.

Então Zeus ordenou que ao homem fosse levado esse sentimento. E ao indagar o mensageiro escolhido se a divisão seria feita como os outros atributos que, distribuídos a alguns, aproveitaria a muitos, como a medicina e outras artes e profissões, respondeu Zeus que aquele bem era patrimônio de todos e não apenas de alguns. E acrescentou:

“ — Se dele participasse apenas pequeno número, não haveria cidade. E seja eliminado aquele que se recusar a essa participação!”

O diálogo do filósofo deveria ser apresentado em todas as Universidades brasileiras, e sobretudo na Universidade de Brasília, onde o sentimento de honra nacional de respeito aos moços está maculado e o direito que lhes assiste de conviver com mestres e condiscípulos foi ridiculamente postergado.

Ali domina há vários meses o aparato policial.

Os esbirros se apossaram da Universidade e ali fizeram o seu quartel. Ouvem-se quase diariamente os rumores dos coturnos apressados. E sempre que os moços tentam reunir-se para o exame de

problemas de seu interesse, ligados à vida de sua comunidade universitária, o ambiente é invadido e as ameaças varrem o clima de tranquilidade que desce sobre o *campus*, quando dele se afastam os milicianos.

Não há atentado maior aos direitos humanos, porque não atinge isoladamente este ou aquele estudante, atinge todo o corpo da Escola — docente e discente, atinge os seus bens materiais e culturais, atinge o seu passado, a sua honra e o seu direito, ameaça o espírito nacional, que tem na Universidade o estímulo de sua expansão e comunicação.

Que faz o Sr. Ministro da Educação que não reage ante essa forma de aviltamento à cultura e à educação? Por que se mostra indiferente o Sr. Ministro da Justiça como se a atividade universitária devesse ser complementada pela ação polícial?

Até quando será tolerado ali o jugo e a hipocrisia? O jugo que submete os jovens à humilhação e ao terror e a hipocrisia dos que invertem os métodos de educar?

Ao sair de casa para a Universidade, já não sabe o jovem se a cátedra estará ocupada pelo mestre ou se o *campus* está invadido por milícias, uma espécie de *swath* que infunde pavor.

Negaram à Universidade de Brasília o direito de ser Universidade. Em que desejam transformá-la? Não mais desejam. Já a transformaram no campo de concentração da intolerância.

E se não podemos contar com a ação das autoridades comprometidas com o escândalo das invasões sucessivas, resta-nos somente apelar para o espírito de resistência da própria Universidade, nas suas reservas morais e culturais, suficientes para domar as forças cegas do arbítrio e da opressão. E pensar, neste momento, que a Universidade tem uma alma indestrutível, na qual confiamos, esperando, como o poeta,

“Que as forças cegas se domem

Pela visão que a alma tem.”

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há algum tempo, um mal entendido vem prejudicando o bom nome de que desfruta há 70 anos uma entidade digna de todo o respeito, e que muito tem feito em prol da comunidade brasileira.

Referimos-nos à Cruz Vermelha Brasileira, cujo trabalho honrado, e jamais criticável, ninguém desconhece, como não pode desconhecer.

E é a Cruz Vermelha, Sr. Presidente, que vem sofrendo, ultimamente ataques injustos até mesmo por parte de alguns parlamentares que, tenho a certeza, ao fazerem suas críticas não procuraram aprofundar-se no problema, analisá-lo, pesquisar.

O motivo das críticas é a transferência das atividades médico-hospitalares da Cruz Vermelha do Rio de Janeiro para médico-educacionais, ou seja, a desativação do hospital do Rio.

Antes de nos precipitarmos nas críticas, procuramos investigar o assunto e hoje podemos vir à Tribuna da Câmara baseados em fatos concretos, em documentação que tenho em meu poder e que poderá ser consultada a qualquer momento por aqueles que assim o desejarem.

Para resumirmos, o que se chama de hospital nada mais é que um prédio com mais de 50 anos de existência. Apesar das inúmeras reformas por que passou, as instalações físicas continuam inadequadas para funcionar como hospital, sem as mínimas exigências dos tempos atuais. Para provar que não estamos exagerando, basta manusear o Laudo de Vistoria recentemente realizada no imóvel pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Ali se verifica que para o prédio poder ser utilizado — chegou-se a esta conclusão — deverão ser formadas várias equipes de segurança contra incêndios, de forma a existirem no local, durante 24 horas do dia, pessoas habilitadas a utilizar o equipamento contra incêndios a ser instalado.

Quanto à aparelhagem médico-hospitalar existente no hospital, é obsoleta, já não mais corresponde às necessidades atuais, estando a refletir negativamente na própria imagem da Cruz Vermelha Brasileira.

Apesar de todos esses fatos, a antiga direção da Cruz Vermelha resolveu, em 1969, numa atitude heróica, e com as melhores intenções, assinar convênio com o INPS, a fim de atender aos acidentados do trabalho naquela Autarquia.

Todo o problema começou aí, porque se o convênio foi assinado com a Cruz Vermelha, quem, em verdade, funcionava, percebendo polpudas quantias, era o Sertrauma, chefiado pelo Dr. Orlandino Martins Fonseca.

Pelo contrato assinado com o Sertrauma, da renda bruta do Convênio com o INPS 40% caberiam àquela empresa, ficando a Cruz Vermelha com 60%.

À primeira vista, parece um ótimo negócio para a Cruz Vermelha, mas examinemos as responsabilidades que cabem à Cruz Vermelha pelo contrato:

a) ceder dependências de sua sede, além de fazer parte das obras de adaptação;

b) fornecer todo o material de consumo necessário ao atendimento médico;

c) fornecer todo o material permanente e de consumo necessário, tratado em regime de internação;

d) se a Cruz Vermelha não puder, por qualquer motivo, fornecer o material, o SERTRAUMA o fará, levando ao débito da Cruz Vermelha, que deverá ser ressarcido no primeiro pagamento do INPS;

e) à Cruz Vermelha incumbirá a execução de todo o Serviço Administrativo;

f) caberá à Cruz Vermelha prover o Centro Cirúrgico dos recursos materiais e do pessoal auxiliar, para o funcionamento ininterrupto, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

g) caberá à Cruz Vermelha o atendimento de emergência dos acidentados encaminhados durante o período noturno, das 19 às 7 horas da manhã;

h) compete, ainda, à Cruz Vermelha, a administração do sangue aos acidentados.

Em consequência desse contrato leonino, assinado pela Cruz Vermelha com a maior boa fé, os prejuízos vinham se acumulando dia a dia, mês a mês, ano a ano, e, em verdade, a Cruz Vermelha estava com o prestígio do seu nome comprometido, enquanto os benefícios eram absorvidos única e exclusivamente pelo SERTRAUMA.

Resultado: em 1976, o déficit da entidade chegou a Cr\$ 407.000,00, e em 1977, de janeiro a abril, esse déficit atingiu Cr\$ 113.000,00, com previsão de agravamento no futuro.

O hospital, portanto, agrava a cada dia mais a situação da Cruz Vermelha, sendo que o déficit acumulado somente até 1976 eleva-se a um milhão, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e noventa e quatro cruzeiros, devendo ultrapassar, caso permanecesse o contrato, mais de dois milhões e trezentos mil cruzeiros.

Sr. Presidente, a análise da situação demonstra que o hospital ia de encontro, até mesmo, à filantropia da Cruz Vermelha, porque nenhum indigente se beneficiava do seu funcionamento.

Assim, a ter nosocômio que servia apenas para sugar as minguas das reservas da entidade, sem benefício algum para a comunidade pobre, sua direção atual preferiu — sofrendo críticas injustas — arcar com o ônus da impopularidade, mas emprestar suas energias numa das grandes missões da Cruz Vermelha, que é incentivar, cada vez mais, a escola de enfermeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta a verdade. Estes, os fatos reais, que foram distorcidos certamente por falta de informações ou por acobertamento de alguns setores, que criticam a Cruz Vermelha sem a necessária e indispensável pesquisa, esquecendo-se de consultar a entidade sobre a procedência das alegações que serviram de base para os seus pronunciamentos.

Estas críticas infundadas entristeceram a Cruz Vermelha, pois seus 70 anos de serviços ininterruptos prestados à comunidade mere-

ciam, obviamente, uma consulta prévia sobre a veracidade das denúncias. Denúncias espúrias de um pequeno grupo que, para defender seus interesses econômicos contrariados, não hesitou em utilizar a boa fé da imprensa e de representantes do povo como seu instrumento.

Para conhecimento de toda a Câmara da decisão do Conselho Diretor Nacional da Cruz Vermelha — tomada após criteriosa avaliação — participaram os representantes oficiais dos Ministérios da Previdência Social, Saúde e Planejamento, assim como o Presidente da Comissão de Hospitais, o Diretor Médico do Rio de Janeiro e membros da Comissão de Finanças e Patrimônio, assessorados por representantes do Presidente do INPS.

Por todos esses fatos, devemos considerar acertada a decisão da Cruz Vermelha e refutamos desta Tribuna todas as críticas provocadas por denúncias falsas, que somente servem para acobertar interesses escusos de alguns grupos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Minoru Massuda.

O SR. MINORU MASSUDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quem tenha lido o *Diário Popular*, no último domingo, 6 do corrente, tomou conhecimento, a partir da chamada 1ª página, de que vinte pessoas expulsaram no sábado anterior, os quatro homens que haviam invadido o sítio da Srª Dilce Freitas da Silva, na localidade de Embura. Eram quatro dos mais de uma dezena que haviam invadido no dia anterior, sexta-feira.

Embora minha fotografia haja sido publicada naquela edição, devo salientar que não participei dessa expulsão, mas, antes, procurei o Secretário de Segurança, Coronel Erasmo Dias, tendo ouvido dele que a questão estava afeta à delegacia policial respectiva.

Tive oportunidade de esclarecer o fato à reportagem daquele matutino paulista, dizendo-lhe, conforme textualmente publicado: "Aqui estou apenas observando o problema, como Deputado Federal. Pedi ajuda ao delegado, que não quer tomar conhecimento, depois de estar com o Secretário de Segurança. Apenas observo o desenrolar dos acontecimentos".

Esse fato, Sr. Presidente, vem demonstrar, mais uma vez, que os grileiros, neste País, não agem apenas no interior perdido, na Amazônia, nos cerrados de Mato Grosso ou nas terras dos índios: eles atuam dentro de São Paulo, junto da Capital, impunemente, graças à omissão da Polícia Civil, embora, sempre que solicitada, esteja a Polícia Militar disposta a sair em defesa da propriedade turbada pelos invasores.

Naquele dia, alguns grileiros da Imobiliária Soinco, com um caminhão lotado de material de construção, escoltado por três automóveis, também lotados de homens, invadiram a propriedade particular da Srª Dilce Freitas da Silva, no Município de Embura. Isso ocorreu na madrugada de sexta-feira, quando na residência da proprietária havia apenas quatro pessoas. Em menos de cinco horas, aquele grupo construiu uma casa, ou simplesmente a montou no terreno, pois todo o material viera preparado para isso.

Só vim a tomar conhecimento disso por denúncia da proprietária, que vinha se queixando, sem nenhum resultado, à Polícia Civil, isto é, 25ª Delegacia de Polícia de São Paulo.

Basta que a Secretaria de Segurança de São Paulo abra uma sindicância — o que solicitamos desta alta tribuna — e poderá apurar, facilmente, a omissão do delegado, ante a queixa dos caseiros da Srª Dilce, de 51 anos de idade, que viram inermes aquela invasão, como a destruição de uma centena de mourões nas divisas do seu sítio, totalmente cercado.

Tratava-se de área inteiramente cercada e, houve, assim, depreciação do patrimônio alheio, simultaneamente à invasão.

Quando me dirigi à Delegacia Local, a 25ª D.P. de Embura, recebido pelo titular, Sua Senhoria, depois de elaborar o Boletim de Ocorrência, negou-se a enviar ao menos um policial, para apurar in

loco a denúncia e até mesmo evitar ocorrências mais graves, pois receberia, decerto, a colaboração da Polícia Militar, cuja presença ostensiva sempre pode prevenir violências. O que se fez espontaneamente também nesse dia, com presença inclusive de oficiais.

Depois de algum tempo, tive que me retirar do local e, à noite, porque aquela Delegacia recusou o auxílio da Polícia Militar, os fatos se agravaram, sendo necessário que, a chamado da vítima, novamente e sozinho fosse para o local, para presenciar as ocorrências e evitar maiores problemas, uma vez que os invasores haviam ameaçado a proprietária de derrubar com tratores as casas do sítio.

Era um caso de flagrante delito.

A Polícia Civil, recebida a denúncia, deveria ter procurado o auxílio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a fim de evitar novas ameaças e invasões, prendendo os culpados.

Houve clara omissão do Delegado e, ao denunciar o fato desta alta tribuna, espero as devidas providências do Chefe de Polícia do Estado de São Paulo, que deve ter uma clara noção do que seja segurança pública.

Não se trata, apenas, de uma "caçada às bruxas", mas de manter tranqüila a posse e inviolável a propriedade de todos e de cada um, principalmente quando não se trata de simples ameaça, mas de comprovada agressão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Consolida-se entre o Governo a decisão de importarmos carne. Os frigoríficos estão autorizados a comprar no exterior até 20 mil toneladas. Os técnicos informam, desmentindo notícias de que não existe carne, no mercado internacional, que o Uruguai dispõe de 1 milhão de reses prontas para o abate.

A carne fresca, por outro lado, voltará nos açougues de São Paulo, Rio e Brasília a partir de 16 de novembro, sendo que a carne congelada dos estoques da Cobal continuará a ser vendida nos supermercados até 31 de dezembro.

Segundo alguns técnicos do Governo, a liberação da venda da carne fresca pelos açougues tornou-se necessária para permitir que o produto congelado dos estoques da Cobal continue sendo vendido nos supermercados. Estes continuarão vendendo carne aos preços normais; os açougues, entretanto, praticarão os preços de mercados, o que deverá representar uma elevação nos preços do produto em torno de 35 por cento, a nível de consumidor.

Essa situação permitirá que a carne importada seja vendida apenas nos açougues, visto que seus preços externos são superiores a Cr\$ 165,00 por arroba, que foi o preço pago pela Cobal ao nosso pecuarista para a formação de seus estoques reguladores.

Ainda conforme parecer emitido por técnicos do setor, com o reinício das vendas da carne fresca haverá benefícios para a indústria, para pecuaristas e até para o consumidor dos três grandes centros onde será praticada a medida.

Os industriais da carne, por exemplo, estão em dificuldades econômicas, em razão da limitação dos abates, que, segundo fontes do setor, está provocando uma elevação de 76 por cento nos custos operacionais dos frigoríficos. Com a medida, reativariam suas atividades.

Aos criadores, argumentam os técnicos, a liberação da venda de carne fresca propiciará uma natural elevação nos preços dos bezerros, isto porque, com o restabelecimento dos abates, haverá o reativamento do mercado de bois, forçando os invernistas a comprarem novilhos para a indispensável recomposição de seus rebanhos.

Para os consumidores, ainda de acordo com os técnicos, a vantagem é que aqueles com maior poder de renda poderão comprar carne fresca.

Começemos analisando essas opiniões pelo "presente" que está sendo oferecido ao consumidor de melhor renda. Carne verde ou

carne congelada é muito mais uma questão de costume que questão de qualidade. Qualidade que justifique preço mais elevado estaria na venda de carne de gado tratado sob o regime da semi-estabulação ou na venda da carne de novilhos. Aí sim poder-se-ia falar em vantagens.

O pecuarista, sem dúvida, será beneficiado com o restabelecimento dos abates. Mas é uma forma até certo ponto estranha de benefício, porquanto os preços maiores a serem pagos no mercado externo deveriam ser oferecidos primeiramente ao pecuarista brasileiro. É difícil acreditarmos na hipótese de não termos em disponibilidade para abate as 20 mil toneladas autorizadas à importação.

Finalmente o industrial, igualmente merecedor de receber para seu setor medidas que o fortaleçam, será beneficiado com o reinício do abate, quer se ele for feito com carne importada, quer com carne do rebanho nacional.

Cremos em que essa importação de carne, uma vez que justificada pela falta do produto para o abate no mercado interno, não precisaria receber tantas explicações inconvincentes.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou tendo a satisfação de verificar que, mesmo antes de aprovado, o Projeto de Lei nº 2.246, que no ano passado apresentei à apreciação desta Casa, está despertando desusado interesse. Trata-se de um Projeto obrigando a inclusão diária de pelo menos duas novelas de caráter educativo na programação das emissoras de televisão de todo o País. Tivemos o cuidado de caracterizar bem, na redação do Projeto, o que se deve entender por novela de caráter educativo: "a que transmita, didaticamente, ensinamentos úteis à formação da juventude, exaltando os valores espirituais e morais do povo brasileiro".

Entendeu a Mesa da Câmara, pautando-se pelo artigo 71 de nosso Regimento Interno, de anexar esse meu Projeto a outro, já anteriormente apresentado pelo Nobre Deputado Sérgio Murilo, do MDB pernambucano, e cuja ementa é semelhante à do meu, assim redigida:

"Dispõe sobre a exibição de novelas de caráter educativo nas emissoras de televisão."

Aprovado em todas as Comissões pelas quais passou, Srs. Congressistas, já esteve esse Projeto na Ordem do Dia, pronto para ser votado. Sua votação, entretanto, foi adiada e a qualquer momento ele voltará a este Plenário, para ser discutido e votado, para ser enviado ao Senado Federal, correr lá sua tramitação, subir à sanção Presidencial e ser, finalmente, transformado em Lei.

Como eu disse no início, mesmo antes de sua aprovação, nossa idéia está sendo posta em evidência, não por ter sido por nós apresentada, mas porque ela encerra, realmente, uma necessidade urgente de que se regularize, nesse formidável veículo de educação ou deseducação de massa, que é a TV, a emissão de mensagens realmente educativas, não a bel-prazer dos programadores de televisão, mas sob uma orientação padronizada para todos eles.

Foi com indizível prazer, portanto, que tomei conhecimento do pronunciamento que fez, da tribuna da Câmara Municipal de São Paulo, o nobre Vereador Tércio Chagas Tosta, da Bancada do MDB naquela edilidade, no dia 18 de agosto próximo passado. Entre outras coisas, disse aquele Parlamentar paulistano sobre o Projeto de Lei nº 2.246/76, de minha autoria:

"Por isso mesmo, meu irmão e colega, Deputado Federal Edgar Martins, está apresentando um Projeto de Lei, estabelecendo que as emissoras de televisão deverão incluir, em sua programação diária, pelo menos duas novelas de caráter educativo."

A expressão "por isso mesmo", Sr. Presidente, esconde toda a digressão que aquele nobre Vereador tinha anteriormente feito, anali-

sando, pormenorizadamente, a facilidade com que a maioria dos programas de televisão deseducam os telespectadores, começando por não primar pelo bom uso de nossa língua-pátria.

Assim posso verificar quão certos andamos ao apresentar nosso Projeto, e temos, portanto, mais uma razão para esperar sua aprovação na Câmara, no Senado Federal e pela sanção do Senhor Presidente da República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Rio Grande do Sul e o Brasil estiveram em suspense durante muitas horas, em virtude do seqüestro de seis menores em meu Estado. São eles Renato Padilha, Rogério Padilha, Alexandre Crespo, Edegaro Velho, Renato Rizzo e Rafael Mottin.

Sr. Presidente, os seqüestros e o terrorismo campeiam em toda a parte, e o Brasil não está imune disso. No Rio Grande do Sul, este fato abalou toda a sociedade, toda a comunidade gaúcha. Seis menores, filhos de famílias tradicionais do nosso Estado, foram seqüestrados de maneira inédita. E agora a Polícia conseguiu identificar o seqüestrador, Santino Ferreira da Silva, de 28 anos, vendedor de materiais de construção, residente à rua Pandiá Calógeras, nº 1.058, em Niterói. Foi ele apontado pela Polícia como sendo o seqüestrador. Até o presente momento, não se tem notícia de sua prisão, mas alimentamos fundadas esperanças de que a Polícia, não apenas do Rio Grande do Sul, mas de todo o Brasil, aja em estreita colaboração e consiga prendê-lo.

O MDB tem posição definida neste particular. Sempre lutamos contra os terroristas e contra os seqüestradores. Como filho do Rio Grande, creio poder falar em nome daquele Estado.

Sr. Presidente, nesta mensagem, lanço o mais veemente apelo as autoridades policiais, no sentido de que o seqüestrador seja preso, e exemplarmente punido. O Brasil inteiro, a exemplo do que fazem outros países, como a Alemanha, deve intensificar o quanto possível a campanha contra os terroristas e contra os seqüestradores.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sylvio Venturolli.

O SR. SYLVIO VENTUROLI (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Município de Leme, distante cerca de cento e oitenta quilômetros da Capital do Estado de São Paulo, está situado às margens da Via Anhanguera, uma das estradas de rodagem de maior volume de tráfego do País.

Esse pujante Município paulista, que anteriormente revelava apenas uma idílica imagem agrícola, já foi atingido pelo alastramento do gigantesco parque industrial da Grande São Paulo, a exemplo de Jundiaí, Campinas, Americana, Limeira e Araras, todas no eixo da Via Anhanguera.

De fato, atualmente, Leme já conta com mais de uma centena de indústrias de grande e de médio porte, cuja atividade se destina ao suprimento de inúmeros centros de consumo, próximos ou distantes.

Além disso, é de se prever um crescimento substancial dessa atividade, resultado de oportuna providência da Prefeitura Municipal, através da doação de áreas no recém-implantado Parque Industrial, na periferia da cidade.

A par com esse célebre desenvolvimento industrial, ainda floresce em Leme uma agricultura diversificada e abundante, com destaque para a produção algodoeira, cujas últimas safras chegaram à casa de um milhão e meio de arrobas, colhidos de onze mil e duzentos hectares de terra. Tarefa assim expressiva, resultou para a cidade o merecido prêmio de ser chamada de "Capital do Algodão".

Mas, como já dissemos, também são cultivados vários outros produtos de relevância para o suprimento de comunidades regionais. Ali, plantam-se oito mil e novecentos hectares de cana-de-açúcar, parcialmente beneficiada pela Usina Cresciumal, localizada no próprio

Município; o *citrus* ocupa três mil e setecentos hectares de terra; o milho, um mil e quatrocentos hectares; o arroz, novecentos e cinquenta hectares; outras culturas variadas, seis mil e trezentos hectares.

Para escoamento dessa portentosa gama de produtos industriais e agrícolas, todavia, somente existe a Via Anhanguera, de tráfego constantemente congestionado e de traçado que não abrange valiosos centros consumidores da região. Na verdade, não raro são percorridas longas distâncias entre Leme e as cidades circunvizinhas, por falta de ligações diretas.

Assim, o pleno desenvolvimento regional não pode prescindir daquelas ligações rodoviárias diretas, entre Leme e as maiores cidades próximas. E, dentre essas estradas de rodagem, certamente a mais urgente é uma que saia da Rodovia Washington Luiz, à altura de Rio Claro, passe por Ajapi, atravesse a zona rural de Leme e termine em Mogi-Guaçu.

Uma ligação rodoviária disposta dessa forma, embora não percorrendo mais do que algumas dezenas de quilômetros, encurtará distâncias incômodas e dispendiosas, transportando rapidamente o fruto do trabalho dos lemesenses e ativando o progresso regional.

Obra como essa, de tão premente, tem sido objeto de constante reivindicação por parte de quantos sentem as maiores carências das suas comunidades. Ainda há pouco, através da Moção nº 6/77, o Vereador Fábio Rodrigues Alves, ilustre membro da Câmara Municipal de Leme, solicita especial atenção dos responsáveis pelo Governo do Estado de São Paulo para a rodovia de que estamos falando.

De nossa parte, reconhecendo o valor e a dedicação do nobre edil lemesense, desejamos aliar-nos ao esforço desencadeado com tão comovente amor à causa pública. Apressamo-nos em encarecer ao Exmº Sr. Governador do Estado de São Paulo as providências oportunas, no sentido da execução da obra pleiteada pelos habitantes de Leme. S. Exª, cuja capacidade administrativa sempre se tem revelado no mais alto grau, por certo tomará a si assunto de tanto valor para aquela promissora região do Estado que governa com inigualável descortino.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Tem a palavra o Sr. Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, A localidade de Tribobó, cuja área se divide entre os Municípios de Niterói e São Gonçalo, vem sofrendo um processo de abandono que provoca total e completa insatisfação por parte de seus milhares de moradores.

Tribobó, na parte que integra São Gonçalo, é a área municipal que mais cresce em índice de arrecadação de impostos, mas continua sem água, esgotos, telefones e sistema de transportes diretos aos centros de Niterói e Rio de Janeiro, pois todos os ônibus urbanos que por ali transitam, vêm de longe e passam superlotados.

Constitui uma região industrial florescente e diariamente transitam na localidade mais de 10 mil veículos, aumentando este número, nos fins de semana, para cerca de 50 mil.

Todos que se dirigem à Região dos Lagos, ao Centro-Norte fluminense e ao Estado do Espírito Santo, vindos da cidade do Rio de Janeiro, obrigatoriamente passam por Tribobó.

Esta importância no sistema de interligação dos grandes centros com o interior fluminense, representada por Tribobó, não tem sido levada em consideração pelas Prefeituras de Niterói e São Gonçalo que, até o momento, nada fizeram para dar melhores condições à localidade, onde tudo falta, menos a liberdade para o comércio da prostituição, que ali campeia sem qualquer restrição.

Não faz muito tempo, Sr. Presidente, solicitamos desta Tribuna que o Governo do Estado do Rio de Janeiro mandasse construir, em Tribobó, uma passarela por sobre a Rodovia Amaral Peixoto. E, realmente a obra é indispensável, pois são milhares de pessoas que enfrentam, diariamente, os riscos de uma travessia perigosa, para alcançarem o Grupo Escolar Vital Brazil ou o comércio varejista.

Recebemos comunicação do Governo Estadual, que aquela passarela terá sua construção iniciada dentro de poucos dias. E tal infor-

mação vem trazer a maior satisfação a este parlamentar, que tem lutado para conseguir aquela obra de há muito reclamada pela população de Tribobó.

Se nos apressamos em agradecer ao Governador Faria Lima pelo atendimento daquele nosso pedido, o fazemos acrescentando nossos anseios no sentido de serem solucionados os principais problemas da população de Tribobó, sobretudo no que concerne aos sistemas de água e esgotos, aos transportes coletivos e à ligação telefônica, pois não é possível que naquele bairro somente exista um telefone.

Além disso é de se esperar que as Prefeituras de Niterói e São Gonçalo cuidem mais do bairro, mandando asfaltar, em suas respectivas jurisdições, as ruas que, atualmente, são depósitos de lixo e lama, no mais inteiro abandono, apesar de Tribobó ser uma grande fonte de renda para aquelas municipalidades.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Daniel Silva.

O SR. DANIEL SILVA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, enquanto, em toda comunidade de trabalho, as preocupações do Natal giram em torno da união e do bem comum, ao que tudo indica este não será o clima reinante na Companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro, este ano. É que a atual Diretoria daquela empresa, a pretexto de reduzir despesas com os custos operacionais, está rescindindo contratos de trabalho de mais de 300 funcionários, o que não deixa de constituir uma fórmula de violação dos direitos humanos.

Multiplicando-se, no mínimo, por quatro, Sr. Presidente, teremos nada mais nada menos de mil e duzentas pessoas em dificuldades, numa onda de desemprego jamais vista no Rio de Janeiro.

Enquanto isso, os diretores da CTC recebem polpudos salários, sem falar nas gratificações cada dia mais "generosas" e naqueles que vivem requisitados e recebem sem trabalhar, o que é muito comum nesse tipo de empresa de economia mista.

Sinceramente, Sr. Presidente, não vemos nenhuma razão para essa demissão em massa. Porque, ao invés de facilitar o problema de locomoção das populações, a CTC terá, com isto, uma maneira de se justificar, alegando que, se seus serviços não apresentam um melhor rendimento, pelo menos não dão tanta despesa.

E quem sofre com isto é o povo, que não tem para quem apelar. O Metrô, quando estiver em funcionamento, já não atenderá à demanda. Com suas obras sensivelmente retardadas, tão cedo solucionará o problema dos transportes coletivos na Capital.

Portanto, para que este Natal não seja assim tão triste entre as famílias dos prejudicados, eu formulo desta tribuna um veemente apelo ao Sr. Ministro do Trabalho, para que evite os cortes anunciados e já iniciados. Se havia tantos trabalhadores nos quadros da CTC é porque havia trabalho.

Não nos venham os diretores alegar que essa gente estava lá como excedente, porque isto é passar recibo de incapacidade. O que eles devem fazer é comprar mais ônibus, reaparelhar a frota e assegurar serviço a todos quantos integram seus quadros. Entendo que racionalização é válida quando, na simplificação das tarefas, obtém-se maior rendimento sem sacrifício de terceiros.

E o que a direção da CTC do Rio está fazendo é procurando média junto aos planos de contenção de despesas do Governo. É evidente que dinheiro público não é para ser jogado fora. Mais, despedir empregados e depois ter que contratar outros para o desempenho das mesmas atividades é, a meu ver, um ato de ingenuidade. Sr. Presidente.

Sou portador de inúmeros apelos ao Sr. Ministro do Trabalho, para que isto não aconteça. Afinal de contas, o Rio, como Capital de dois Estados, por assim dizer, teve duplicadas as suas responsabilidades e, conseqüentemente, todas as suas atividades. É o registro que faço. Sr. Presidente, em defesa de quantos se acham ameaçados pelos cortes da CTC.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, toda a Amazônia já foi um celeiro de doenças tropicais das mais variadas espécies, até algumas totalmente desconhecidas dos melhores médicos.

Nos primeiros anos deste século, no período áureo da borracha, dos milhares que seriam para os seringais, poucos regressavam. O desbravamento da Amazônia foi regado com o sangue de milhares de brasileiros, notadamente brasileiros do Nordeste.

As endemias seguiram-se anos afora, até os anos 40. Na Amazônia, especialmente nos Estados do Amazonas, Acre e nos Territórios de Rondônia e Roraima, não se conhecia assistência médica, em qualquer ramo da Saúde Pública. Estas unidades da Federação constituem hoje, a Amazônia Ocidental, graças ao entendimento do falecido Presidente Castello Branco (Decreto-lei nº 291 de 28-2-67).

Foi na década de 1940 que as autoridades brasileiras começaram a despertar para o abandono em que se encontrava uma população mergulhada nas selvas da Amazônia, sem qualquer tipo de assistência sanitária. Em Convênio com os Norte-americanos, o Brasil criou o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), cujo trabalho e altos benefícios, até hoje ainda não foram devidamente reconhecidos e avaliados.

O trabalho do SESP na Amazônia foi algo de patriotismo e de pioneirismo no Setor de Saúde.

Muitas das mortais doenças foram combatidas e a malária, a que mais vítimas fazia na época, após alguns anos de bons e difíceis trabalhos, praticamente foi erradicada.

Ainda conheci alguns Rios da Amazônia inteiramente despovoados, porque a malária vitimava todos os membros de todas as famílias.

O SESP, no campo do Saneamento, foi a maior obra que já se conheceu na Amazônia. Depois de cerca de duas décadas de inestimáveis trabalhos prestados ao Brasil, especialmente à Amazônia, o Convênio foi denunciado e as grandes atividades do SESP praticamente abandonadas. Na Amazônia, permaneceram poucos Postos de Serviços, quase nada podendo fazer. Eram apenas Símbolos de uma grande obra que milhares de vidas salvou.

É válido ressaltar que, nessa data, a malária já pouco existia. Infelizmente, com o desprezo da notável tarefa do SESP, aos poucos as doenças foram reaparecendo e até a malária reiniciou sua cruel e triste tarefa de ceifar vidas. No interior da Amazônia, depois de cessadas as atividades do SESP, a malária predomina, e até na Capital da Amazônia Ocidental muitos dela têm sido vítimas.

Há alguns anos, creio que já na década de 60, o Governo brasileiro acordou e, talvez com medo da volta de todas as doenças tropicais do passado, decidiu reformular o SESP, transformando-o numa Fundação de Direito Público e distribuindo-lhe alguns recursos. Com essas providências, algumas das tarefas do SESP voltaram a funcionar. Outros órgãos foram criados com vistas ao Saneamento na Amazônia e, agora, juntamente com a Fundação SESP, estão combatendo a malária, que já estava assustando as populações da maior área verde do mundo, a Amazônia.

Neste meu pronunciamento, um dos muitos já feitos em defesa da Amazônia e em reconhecimento às nobres atividades da Fundação SESP, quero exaltar não apenas as atuais autoridades da Fundação SESP, mas principalmente os que, no início do Serviço, na década de 40, deram tudo de si em favor das abandonadas populações da Amazônia.

Finalmente, valho-me da oportunidade para fazer o mais veemente e dramático apelo ao Governo brasileiro, para prover a Fundação SESP de recursos a fim de dar prosseguimento ao notável trabalho dessa Organização singular, dinâmica, patriótica e desprendida de comodismos que é a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1977, que altera a redação do Parágrafo único do art. 92 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 85, de 1977-CN, da Comissão Mista, contrário.

Concedo a palavra para encaminhar a votação ao nobre Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero congratular-me com o eminente e honrado Deputado João Menezes, primeiro signatário da presente Proposta de Emenda à Constituição, bem como com os outros Parlamentares que a ela aderiram, porque, na verdade, ela vem preencher uma lacuna existente em nosso Texto Constitucional.

Sou, na verdade, de longa data, adepto desta tese, inclusive com um elástico maior, e posso comprová-lo rememorando projeto de lei que apresentei, no dia 23 de março de 1973, à Câmara dos Deputados, que em nada desmerece a nobre iniciativa do eminente Deputado João Menezes, porque os dois projetos não são idênticos, mas semelhantes. A tese, entretanto, é, *mutatis mutandis*, a mesma, por isso que, por coerência, venho votar favoravelmente a ela e emprestar todo o meu apoio a esse eminente colega, bem como a todos os outros que se tornaram signatários da presente Proposta.

Disse eu no Projeto de Lei nº 1.156, de 1973, que apresentei:

"Entende-se por serviço social prestado à Pátria o trabalho, de caráter temporal e remunerado, exercido por estudantes de nível universitário e destinado a integrar pessoas do corpo discente de nossas escolas superiores no processo de desenvolvimento sócio-econômico nacional.

"2) o Serviço Social à Pátria será organizado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, com a cooperação dos Ministérios competentes;

3) serão prioritariamente escolhidas áreas particularmente carentes no território nacional;

4) a escolha dos elementos do corpo discente das Universidades para integrarem o contingente de cada período obedecerá a rigoroso critério seletivo de mérito e estará, de qualquer forma, subordinada às disponibilidades de colocação dos mencionados elementos nas chamadas áreas carentes;

5) o tempo de efetivo serviço não será inferior a 6 meses nem superior a 2 anos;"

Isso porque pudemos observar, Sr. Presidente, no *campus* avançado da Universidade de Santa Maria, no extremo norte, em Roraima, bravos gaúchos que estão trabalhando, mas com um período de permanência mínima, menos de um mês. Ultrapassada a fase de aclimação — e uma aclimação curiosa: não será demais dizer que estavam tomando chimarrão em pleno trópico, o que realmente dava um cunho diferente à cor local — quando se inteiravam os problemas da região, era hora de voltar. Por isso é que estabelecemos esse critério de um serviço não inferior a seis meses.

Prosseguindo:

"6) a convocação e o efetivo exercício integral do Serviço Social à Pátria equivale para todos os efeitos legais à prestação do Serviço Militar nos termos do que dispõe o art. 92 da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969;

7) as mulheres e os eclesiásticos poderão ser aproveitados nos vários ramos e especialidades do Serviço Social à Pátria;

8) ao Estado-Maior das Forças Armadas caberá definir e delimitar as zonas prioritárias nos períodos de trabalho e assistência, e, bem assim, o suporte material de bens e equipamentos necessários à consecução da lei;"

Propus, portanto, a criação do serviço nacional à Pátria, uma virtude do serviço militar, encampando o tempo de paz, e não apenas o tempo de guerra, e extensivo às pessoas do sexo feminino.

9) a critério do Estado-Maior das Forças Armadas será ministrada formação militar ou paramilitar aos convocados para o Serviço Social à Pátria;

10) em caso de guerra externa, comoção intestina, catástrofes e demais motivos de força maior, poderá haver mobilização extraordinária dos que serviram ou servem no Serviço Social, podendo ser designados, conforme a necessidade, prestar ajuda em qualquer ponto do território nacional, junto a entidades civis ou militares."

E digo na justificativa:

"Temos o exemplo da legislação mexicana que ao regulamentar os artigos 4º e 5º da Constituição estabeleceu o aproveitamento obrigatório de estudantes de determinadas categorias profissionais desde que não sejam maiores de 60 anos nem sejam portadores de moléstia grave.

Para se obter o título de Doutor em Medicina, no México, é preciso fazer um estágio nos "pueblos" internos, é preciso lidar com aquela gente pobre e humilde, numa prestação quase que de serviço militar. É um serviço à comunidade.

"É realmente sábio favorecer utilmente importante parcela de nossa mocidade universitária em trabalho de relevante característica e, que de resto, já vem sendo realizado, se bem que de forma precária e assistemática, mas sempre benéfica e salutar. Mas são incontestes os êxitos das Operações Rondon e Mauá, e, não compreendemos o desperdício dramático de uma imensa potencialidade humana que poderá ser canalizada para resolver graves problemas sociais de irmãos nossos desvalidos e que vivem em zonas particularmente infelizes e carentes de cuidados e de recursos.

Numa fase de grande desenvolvimento de nosso processo econômico, outrossim, não podemos prescindir do inestimável contingente humano visado no projeto, incluindo as representantes do belo sexo que na dinâmica de nossa civilização são cada vez mais chamadas a integrar o esforço de trabalho. Assim, na Áustria 41,3% da mão-de-obra são representados pelas mulheres; na França o índice é de 34,9%, na República Federal da Alemanha 36,9% e na República Democrática Alemã 41%. Em vários países as jovens são admitidas a participar até de operações de guerra, como em Israel, e nos Estados Unidos o almirante Elm Zumwalt comunicou a decisão de integrar mulheres nas tripulações de navios da armada sendo as mesmas autorizadas a participar de 69 diferentes categorias de trabalho naval, incluídas algumas de combate.

Por outro lado, é a nossa própria Carta Magna que assevera no art. 92:

"Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei."

E, no § 1º do art. 153 também é dito:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça."

Resta-nos apenas dar consequência a um princípio geral e transformar o acendrado amor ao Brasil em força viva e realizadora do progresso social.

Não tive sorte com esta proposição, que foi deturpada, que não foi entendida suficientemente, que foi procrastinada num longo trabalho regimental que, infelizmente, vem em favor daqueles que não

querem ver o Congresso funcionar a pleno vapor. Há muitos que procuram realmente criar embaraços ao trabalho legítimo de representantes do povo na Câmara como no Senado. Por isso vemos se eternizarem certas proposições, e afinal serem arquivadas, porque os prazos não foram cumpridos. E com angústia, Sr. Presidente, vimos não ser acolhida pela Comissão Diretora nossa sugestão no sentido de se poder acelerar os prazos de tramitação dos projetos de iniciativa parlamentar. Incrível a época em que vivemos. Concedemos a outro Poder, o Executivo, uma prerrogativa que não damos a nós próprios.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Peço ao nobre orador que encerre, pois já ultrapassou o tempo regimental.

O SR. NINA RIBEIRO — Peço desculpas a V. Ex^a, mas esta é uma causa que nos apasiona, como, de resto, a própria atividade parlamentar em si. Não vou abusar da paciência de V. Ex^a Encerro minhas considerações, louvando a brilhante iniciativa do eminente Deputado João Menezes.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (MDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já formulamos, em sessão anterior, a defesa da Proposta de Emenda à Constituição que hoje se discute. Queremos, entretanto, nesta oportunidade, lembrar um princípio básico defendido no Congresso da OIT, realizado de 1^o a 10 de outubro de 1976, e adotado pela Comissão Interamericana de Mulheres:

"A fisionomia atual de nossas comunidades organizadas apresenta a mulher ao desafio: a assumir uma atitude progressista, que determine, definitivamente, sua incorporação ao mundo das realizações concretas."

Com a apresentação desta Proposta de Emenda à Constituição estamos perfeitamente dentro das normas traçadas por esse Congresso, porque o que queremos é fazer com que um País como o nosso, que tem a maioria da população feminina, possa aproveitar em seu trabalho, sobretudo social, esse potencial imenso representado pela mulher brasileira, que já participa, aos poucos, nas diversas áreas da vida pública. Por exemplo, na política, verificamos, hoje, que em Alagoas temos 65 Vereadoras; na Bahia, 181; no Ceará, 107; em Minas Gerais, 222; no Pará, 40; no Rio Grande do Norte, 104; em São Pau-

lo, 148, e em todos os outros Estados a mulher inicia sua participação efetiva na política.

Nessas condições, Sr. Presidente, se por acaso não obtivermos o resultado favorável na votação desta emenda constitucional, julgamo-nos satisfeitos por ter trazido ao debate público um assunto como este, da maior importância. O que nos torna sobretudo felizes é verificar que dia a dia este assunto vai chegando ao conhecimento da Nação, não só através de pronunciamentos neste Congresso, mas de notícias na imprensa de modo geral, o que faz com que nos sintamos realizados em verificar que trouxemos para debate público um problema social que precisa ser encarado e resolvido pela Nação brasileira.

Se queremos realmente partir para o progresso; se queremos partir para o desenvolvimento, não podemos deixar na ociosidade essa massa representada pelo elemento feminino brasileiro.

Fica aqui o nosso apelo e os nossos agradecimentos ao apoio que vamos recebendo aqui e acolá, na certeza de que algum dia esta emenda tornar-se-á realidade, porque ela é a expressão da própria necessidade social brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Não há mais oradores inscritos.

A Proposta de Emenda à Constituição exige *quorum* qualificado, para deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa a Mesa de proceder à votação da matéria.

Tendo em vista, entretanto, que o prazo de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1977 esgota-se na data de hoje, a Presidência, nos termos dos arts. 48, da Constituição, e 84, do Regimento Comum, a declara prejudicada e determina o envio do respectivo processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Presidência convoca a sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 5 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980, nas partes referentes ao Ministério da Previdência Social, ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas.)

ATA DA 224^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 20 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevair Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Ro-

cha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdón Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emannel Waismman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hydekkel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Netto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airtton Sandoval — MDB; Airtton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA;

Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gaimaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 345 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980.

Não foram apresentadas emendas ao Subanexo Poder Executivo constante da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passemos, portanto, ao **Item 1:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo Parecer, sob nº 132, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social. (Pausa).

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores, tendo Parecer, sob nº 133, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores. (Pausa).

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde, tendo Parecer, sob nº 134, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1977.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.)